

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

OS GRUPOS ESCOLARES NA CAPITAL FEDERAL (1893-1914)

Amanda da Silva Marcolino

ORIENTADORA: Profa. Dra. Nailda Marinho da Costa Bonato

DEZEMBRO

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Os Grupos Escolares na Capital Federal (1893-1914)

Amanda da Silva Marcolino

PROFª. ORIENTADORA: NAILDA MARINHO DA COSTA BONATO

DEZEMBRO

2009

Dedico este trabalho a minha mãe - a pessoa mais importante da minha vida, que sonhou junto comigo por este momento e me incentivou em cada passo dessa caminhada de quatro anos.

AGRADECIMENTOS


Agradeço a Deus pela minha vida e pela oportunidade de concluir a graduação em uma universidade pública, uma realidade tão distante para muitos brasileiros;

A toda minha família pela dedicação, principalmente, pelas noites maus dormidas me esperando chegar da faculdade;

A todos os amigos que sentaram para estudar junto comigo durante o período do vestibular e aqueles que partilharam comigo esse sonho e os momentos difíceis dessa caminhada;

A todos os meus professores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, que contribuíram para a minha formação não só com conhecimentos científico, mas também com conhecimentos para vida;

Por fim, destaco ainda um agradecimento para a minha professora e orientadora Nailda Marinho da Costa Bonato pela paciência e escuta.



Uma República sem povo, só se compreende como uma forma de transição, enquanto se preparam as gerações futuras(...). A monarquia dirige, a República educa e instrui . (...)Eis a razão por que a República será o melhor dos governos.(GOMES, PANDOLFI E ALBERTI, 2002)

RESUMO

O trabalho apresenta a introdução dos grupos escolares, especialmente na capital federal. Considerado modelo inovador de ensino, além de símbolo do rompimento com o Império os grupos escolares chegam no Brasil ao final do século XIX, em países da Europa e Estados Unidos, foi considerado o modelo escolar mais adequado para a universalização da educação primária. Símbolos do progresso e da modernidade pedagógica, os grupos escolares contribuíram para a consolidação de novos espaços escolares introduzidos em oposição a precariedade e sujeira das escolas isoladas do Império. Sendo o Rio de Janeiro o foco analisamos o contexto social e político carioca do fim do século XIX e as sucessivas reorganizações administrativas que a instrução pública sofreu no período da implantação dos grupos de (1893 – 1914).

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo 1- O fim do Império e o Início da República.....	10
1.1 - O cenário educacional do país e a legislação.....	11
1.2 – A institucionalização da escola primária.....	12
Capítulo 2 – Tecendo a história dos Grupos Escolares no Brasil.....	14
Capítulo 3 - O cenário da Capital Federal e a Implantação dos Grupos Escolares.....	20
3.1 – A implantação dos Grupos Escolares na Capital Federal.....	21
3.2 – Eis que surge os Grupos Escolares.....	25
Conclusão.....	32
Referências Bibliográficas.....	33
Anexos	

INTRODUÇÃO

Entendemos que o conhecimento produzido no campo da história da educação é altamente relevante para os estudos da educação e da sociedade de maneira geral. Podemos afirmar que para compreender e entender os processos e as práticas educativas atuais é fundamental ampliar nossos conhecimentos sobre as maneiras como, em tempos e espaços distintos, homens e mulheres organizaram seus fazeres e saberes sócio – culturais, visando a ação educativa. Nesta perspectiva, buscaremos através deste trabalho monográfico de conclusão do curso de pedagogia entender a construção, constituição e expansão do ensino primário no país e, mais especificamente, no contexto do Distrito Federal no período de 1896 – 1914, focando os grupos escolares.

Buscando algumas informações esse nível de ensino no país no contexto da Primeira República, “descobrimos” estudos que apontavam a importância que os grupos escolares tiveram para a expansão do ensino primário. Sendo assim, visando aprofundar conhecimentos sobre essas instituições escolares, as elegemos como objeto de estudo para nossa investigação. Pesquisas anteriores as indicavam como modelo e símbolo de desenvolvimento educacional no início da Primeira República no país, porém constatamos a pouca produção em relação a sua presença na então capital federal no período.

Para essa investigação adotamos como metodologia a pesquisa documental e a análise documental, além da pesquisa bibliográfica. No caso da pesquisa documental percorremos os seguintes acervos: do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e do Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro, onde foi possível encontrarmos decretos, leis e regulamentos pertinentes aos grupos escolares no Distrito Federal, além de fotografias. Quanto a pesquisa bibliográfica as obras de Diana Gonçalves Vidal, Martha M. Chagas de Carvalho, Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho, entre outras, foram significativas.

O texto se apresenta com a seguinte estrutura:

- a) No primeiro momento consideramos importante apresentar um breve percurso histórico do final do Império ao início da República, visando entender o contexto de surgimento dos grupos escolares no país;
- b) Discorreremos, em seguida, a respeito da propagação dos grupos escolares no país;
- c) E num terceiro momento, tratamos especificamente, ainda que de forma inicial, tendo em vista o tempo de pesquisa e a escassez das fontes, sobre: os motivos de implantação a partir do final do século XIX, da repercussão e da permanência dos grupos escolares no Distrito Federal.

1 O FIM DO IMPÉRIO E O INÍCIO DA REPÚBLICA

Discutir o momento de transição do Império para a República é primordial para se entender o cenário político e educacional em que surgem os grupos escolares. O final do século XIX compreende um tempo histórico de mudanças radicais que vieram alterar a estrutura da sociedade brasileira. A abolição da escravidão (1888), a instituição do regime republicano (1889), uma significativa ampliação da industrialização e urbanização, das ciências e das técnicas, o crescimento demográfico também impulsionado pela chegada de imigrantes, são apenas alguns acontecimentos que marcam o período.

A partir dos anos de 1870 teve início a decadência do Segundo Reinado, repleto de crises que desembocaram no movimento republicano de 1889. O desgaste do regime imperial pode ser atribuído a diversos fatores, destacando-se o fim da escravidão e os choques com o exército nascido com a guerra do Paraguai. A Guerra do Paraguai transformou a estrutura funcional do exército atraindo jovens provenientes de classes menos abastadas interessados na carreira profissional militar. A política adotada pelo Império de enfraquecimento e de desmobilização das Forças Armadas contribuíram para que o exército ficasse contrário às posições da monarquia em todas as questões relevantes do final do Império, defendendo a abolição e a república. Porém, numa frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, manifestou seu desapontamento ao constatar que “o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a

tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar” (CARVALHO, 1987, p.9).

Se no primeiro momento o novo regime parecia um símbolo exclusivo das aspirações democráticas, passado, os primeiros instantes, mostrou-se como no Império um regime excludente. A primeira Constituição Republicana repete os mesmos princípios praticados no Império como para ser eleitor, o indivíduo devia ter uma idade mínima e ser alfabetizado, proibindo também o voto dos mendigos e praças de pré (soldados, cabos e sargentos).

Exigia – se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer – ser alfabetizado. Proclamada a República, a escola foi o emblema da nova ordem onde o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o Progresso. Analisando a ação republicana no campo da educação em sua obra *A escola e a republica*, Marta M. Chagas de Carvalho entende que o papel de transformar habitantes em *povo*, de vitalizar o organismo nacional e de construir uma nação por via da educação era uma *dívida republicana*. (1989)

1.1 *Cenário Educacional do país e a legislação*

Na virada do século XIX para o XX, a escolarização doméstica ainda atendia a um número bem grande de pessoas, ultrapassando a rede de escolas públicas, fossem elas ainda imperiais ou republicanas. Essa rede doméstica tinha variações, podendo incluir professores pagos por um chefe de família para ensinar em sua casa não só a seus filhos, como também aos filhos de parentes e dos vizinhos. Podia ocorrer também que um grupo de pais contratasse um professor e assim organizasse uma “escola”.

O cenário educacional necessitava de modificações, principalmente, pelo fato de não haver espaços próprios para a escola, as aulas acontecia em espaços improvisados, como igrejas, sacristias, dependências das câmaras municipais ou na própria residência dos mestres. A idéia de reordenar a população, introduzindo novos hábitos condizentes a uma sociedade civilizada, integrou a mentalidade republicana. Na prática, isso se efetivou principalmente nas reformas urbanas, empreendidas a partir de fins do século XIX em várias cidades brasileiras por engenheiros e médicos sanitaristas.

✓

A escola imperial foi alvo de constantes críticas dos médicos devido a sua falta de asseio, ao mobiliário inadequado e a métodos que expunham os alunos à fadiga. Isso motivou a construção de novas edificações escolares higiênicas como os **grupos escolares**, a disseminação de métodos didáticos que incentivaram a atividade dos alunos e a introdução das disciplinas higiene, ginástica e educação física no currículo das escolas normais, primárias e secundárias (VEIGA, 2007, p.260). Grifo nosso.

Foi somente com o advento da República, ainda que sob a proteção dos estados federados, que a escola pública, entendida em sentido próprio, fez-se presente na história da educação brasileira. Com efeito, é a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população.

E fato que a constituição imperial de 1824 já estabelecia que a instrução primária devia ser gratuita para todos os cidadãos. A Carta, contudo, não definia competências nem previa recursos para a implantação do preceito legal. A primeira Lei de Instrução Pública: sancionada em 15 de outubro de 1827, determinava que fossem mantidas escolas de “primeiras letras” gratuitas em todas as cidades, vilas e lugarejos do país. Foi só com o Ato Adicional de 1834, reformador da Constituição, que se definiram competências para o exercício do preceito, ou seja, ficando a cargo das assembleias provinciais legislar e cuidar da instrução primária.

A primeira Carta republicana de 1891, não trouxe muitas alterações em matéria de educação pois continuava cabendo à União a responsabilidade pelo ensino superior e restando aos estados e municípios a tarefa de criar e desenvolver uma rede pública de ensino primário e secundário. A novidade trazida pela Constituição no campo da educação foi instituir a laicidade do ensino e, conseqüentemente, a retirada do ensino religioso dos currículos escolares, mantendo a gratuidade e instituindo a obrigatoriedade do ensino.

1.2 A institucionalização da escola primária

Para Castanho (2007), institucionalização, como o próprio nome denotativo de ação deixa entrever, é um processo social, algo que se desenrola no tempo e no espaço

de uma sociedade. Trata-se do processo pelo qual se formam ou se desenvolvem instituições sociais. No caso do nosso estudo, um tipo de instituição escolar que produziu diferenças na história da educação e se constituiu como um desafio aos educadores e legisladores para se criar, no Brasil, um sistema de ensino primário ou elementar que viesse a atender, às necessidades impostas pelo desenvolvimento social de um país que se queria moderno, considerando o novo regime político que se implantava.

De fato, a institucionalização da escola pública, gratuita e obrigatória passou a representar um elemento de afirmação do novo governo do Brasil – ou seja, era um ato político com o objetivo de organizar e dar coesão à nova realidade nacional.

É bem verdade que no decorrer do Império brasileiro os colégios e seminários jesuíticos de outras ordens, assim como as aulas régias e suas sucessoras pós-coloniais, foram momentos de um longo processo em que se formou a escola no Brasil.

Seja como for, a escolarização, entendida como fenômeno de institucionalização da educação e também como centralidade escolar no âmbito cultural, isto é, nas conseqüências culturais da escola.. (CASTANHO, 2007, p.51)

No final do Império e na Primeira República no Brasil, a educação torna-se progressivamente uma prática institucional-escolar, isto é, realizada na instituição que historicamente se especializou na tarefa educativa, a escola. Com a República a institucionalização escolar avança, um exemplo desse avanço foi, a reforma paulista empreendida por Caetano de Campos em 1893 e que incluía a reforma da escola normal e criação dos grupos escolar em 1893. Essa reforma serviu de modelo e inspiração para a reformulação da instrução pública em outros estados da federação, abrangendo todos os níveis de ensino, apesar de enfatizar o primário e o normal. O processo de institucionalização escolar na Primeira República conheceu um momento particularmente significativo com as escolas primárias graduadas, consideradas “templos de civilização”, no dizer de Rosa Fátima de Souza (1998). Segundo essa autora, essas escolas teve um novo impulso com as reformas estaduais dos anos de 1920.

No modelo da escola graduada, a seriação foi uns dos pilares de ordenação temporal, estabelecido em relação direta com outro elemento organizacional da escola moderna, ou seja, a classificação dos alunos mediante o sistema de avaliação por idades e classes de ensino. (VIDAL, 2006)

2. TECENDO A HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL

Estudos apontam que esse “modelo inovador” de organização escolar – grupos escolares, chegou inicialmente em território brasileiro pelo Estado de São Paulo em 1893. (VIDAL, 2006)

Entendidos como símbolo de rompimento com Império, uma contribuição ao “progresso” no ensino brasileiro e considerados como inovações pedagógicas, os grupos escolares, sendo uma instituição republicana, provocaram a “expansão” do ensino primário no Brasil. As escolas – monumento como ficou conhecido os grupos escolares eram em sua grande maioria instaladas em prédios monumentais, sendo assim um símbolo do governo republicano que se edificou por cima dos escombros de antigas casas - escolas do Império, conforme aponta Alessandra Martinez Schueler (1997).

No dizer de Santos (2005), “... o novo movimento de transformação estabelecido com a criação dos grupos escolares que encarnava, um conjunto de saberes, métodos e projetos políticos e pedagógicos” era representativo de uma nova ordem político-social. Desta maneira os grupos escolares foram introduzidos como prova de modernização do ensino e ainda uma maneira de legitimar o novo regime.

A novidade, então, era a reunião, em um mesmo prédio, de várias escolas, isto é, de vários professores – por isso, o nome de grupo escolar – sob fiscalização diária de um único administrador – o diretor homem – que zelava pela ordem e respeito à hierarquia e pelo bom funcionamento das aulas. (VIDAL, 2006, p. 28)

Para Vidal (2006), a reorganização da educação através da proposta dos grupos escolares envolveu a redefinição do papel da escola que, para além de local de aprendizagens específicas passou a ser vislumbrada como lugar de incorporação de comportamentos, e ainda a legitimação do seu papel como elemento capaz de elevar o país a condição de moderno e civilizado. Desorganizada a economia rural com abolição houve um êxodo dos emancipados para os centros urbanos barateando o trabalho operário, sendo assim, para alcançar tão sonhada modernização anunciada pelos republicanos era preciso construir uma nova escola superando a precariedade e a sujeira.

A expansão dos grupos escolares ocorre progressivamente no estado de São Paulo acompanhando o desenvolvimento urbano atingindo crianças de vários setores sociais. Os grupos escolares surgem em agosto de 1893, no contexto da reforma empreendida por Caetano de Campos calcada na formação de professores (reforma da Escola Normal e criação da Escola-Modelo).

A escola-modelo constituiu-se no protótipo de organização dos grupos escolares em São Paulo. Adotando a mesma ordenação administrativa e didático-pedagógica das escolas graduadas, ela tornou-se a referência a ser seguida pelas escolas agrupadas designadas “grupos escolares”. O surgimento dessa escola moderna no Brasil provém de um modelo de organização escolar configurado no final do século XIX que vinha sendo implantado em vários países europeus e nos Estados Unidos para a difusão da educação popular. Nesses países esse modelo era conhecido como escola graduada.

A expansão dos grupos escolares ocorre progressivamente no estado de São Paulo acompanhando o desenvolvimento urbano pois considerando que o estado detinha a hegemonia econômica, dada sua condição de principal produtor e exportador de café e, com a República, alcançou também a hegemonia política posta em prática com a “política dos governadores”. Coube ao estado de São Paulo dar a largada no processo de organização e implantação da instrução pública atingindo vários setores sociais, especialmente das camadas populares.

Em 1929, já haviam sido instalados 297 grupos compreendendo 4.249 classes 47 encontravam-se localizadas na capital e 250 nas cidades do interior do

estado – responsáveis pela matrícula de 191.320 alunos isto é, cerca de dois terços dos alunos matriculados nas escolas públicas primárias do estado (SOUSA apud VIDAL, 2006, p. 27).

Os grupos escolares tinham esse nome porque agregavam mais de quatro séries e, com isso, aumentavam a concentração de alunos em único local de ensino. Podiam funcionar em um, dois ou até três turnos. Diferentemente da maioria das escolas primárias, reuniam vários professores e um corpo técnico-administrativo (diretores e funcionários), exigindo a elaboração de regimentos.

Os grupos escolares surgiram como estratégia da elite republicana paulista constituindo um modelo de escola a ser implantado por outros estados do país. Um modelo de educação tão inovador só poderia ser efetivado, apenas nos estados que possuíam significativa prosperidade econômica e inovação na constituição dos sistemas estaduais de ensino público. Naquele momento os estados que poderiam desenvolver esse modelo de ensino era, além de São Paulo e Minas Gerais, Pará que passou por significativas reformas educacionais durante o ciclo da borracha (1870 - 1913) e no início do período republicano.

Os grupos escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos estados do Rio de Janeiro (1897); do Maranhão e do Paraná (1903); de Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910); do Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e do Piauí (1922). Somente foram extintos do cenário nacional em 1970, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 5.692, do mesmo ano.

Na transição do Império para a República a educação era objeto de significativas discussões e reformas. Proclamada a República, esta se viu diante de uma emergência de configurar a escola pública, seja em nível quantitativo e qualitativo, seja em termos de recursos humanos e por meio dos edifícios escolares etc. Na verdade, cabia aos republicanos, como opositores da política imperial, realizações efetivas em resposta aos reclamos que apontavam na direção da superação de problemas educacionais até então vividos. De outro modo, tratava-se de colocar o Brasil em compasso com os avanços realizados em outros países no campo da educação escolar.

Nesse sentido,

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostra-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe eram próprios...(SOUZA, 1998, p.241)

Os grupos escolares representavam para os republicanos um avanço no ensino, na medida em que traziam, para um prédio único, classes isoladas, com a direção de um professor habilitado na escola normal; a organização das classes passa a ser feita segundo critérios de grau de adiantamento, com um professor para cada ano. A criação dos grupos escolares representava uma medida econômica, pois reunia duas ou mais escolas que funcionavam na mesma localidade, com vários alunos de séries diferentes e uma equipe de trabalho – todos num mesmo prédio, que reunia as necessárias condições de capacidade e de higiene, constituindo uma organização administrativa e didático-pedagógica. Cada grupo contava com uma equipe administrativa, um diretor, porteiro e serventes, que, assim, como os professores, eram selecionados por concurso público.

Em meados do século XX, os grupos escolares se tornaram a modalidade de escola primária predominante no país, acompanhando o processo de urbanização e democratização do ensino público. No entanto, a participação de outros tipos de escolas primárias nesse processo não pode ser menosprezada, uma vez que, particularmente as escolas isoladas instaladas na zona rural e nos bairros populares, foram responsáveis pela escolarização de um significativo contingente da população brasileira. Porém, a instalação de um grupo escolar em uma cidade do interior representava muito mais que o simples crescimento da rede de ensino; em geral, era fator de urbanização, funcionava como pólo de atração, a ponto de interferir no setor imobiliário da zona urbana da região.

A constituição e a diferenciação de um espaço específico para o funcionamento da escola pública, intensificadas especialmente pela necessidade de

instalação dos grupos escolares, representaram uma transformação significativa na história do ensino primário no país.(FARIA FILHO, 2006, p.35)

Monumentais, os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos baseados em plantas-tipo em razão do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central, ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para cada sexo. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas (FARIA FILHO E VIDAL, 2005).

Muitos projetos propunham uma variação do tamanho das salas em virtude da seriação do ensino. As salas das séries iniciais tinham dimensões maiores que a das séries finais do curso primário. Normalmente, os banheiros não faziam parte do corpo do prédio, mas eram a ele ligados por corredores cobertos.

Ainda, de acordo com Faria Filho e Vidal (2005), o convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar em relação à cidade que o cercava visavam inculcar nos alunos o apreço a educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República.

Os grupos escolares adequaram-se aos preceitos higiênicos da época, que se utilizavam do conceito de fadiga mental. Os conteúdos escolares eram distribuídos ao longo do dia da aula, de aproximadamente quatro horas, em uma rígida grade de horário. Aproximadamente a cada três aulas, efetuava-se uma pausa de 10 minutos e no meio do dia, fazia-se um recreio com duração de 30 minutos. O detalhamento dos quadros de horários propostos pelos programas de instrução, prevendo-se uma distribuição diária, semanal, mensal e anual do processo de ensino, aprendizagem e avaliação, indicava o intuito de delimitar o

tempo escolar. Instrumentos como os relógios, as campainhas, as sinetas passavam a fazer parte do material básico dos grupos escolares e, muitas vezes, das escolas isoladas. Conforme determinava o Regimento interno dos Grupos e Escolas Isoladas de Minas Gerais, “cada hora precisa de aula ou de recreio será avisada em toque prolongado por uma campainha elétrica ou sineta, a cargo do diretor” (art.13,§ 5º e 6º) como destaca Faria Filho (2005). Veiga destaca que o sistema pedagógico dos grupos escolares facilitava a disciplina e a fiscalização:

É tal a ordem disciplinar observada nestes institutos que, dado o sinal de recreio pela sineta, a movimentação de saída é uniforme, ano por ano, sem o menor perigo de confusão ou de promiscuidade de sexos....(VEIGA, 2007, p.245)

Mesmo que a ação de professores, alunos, diretores e, mesmo, inspetores nunca tenha sido somente de submissão à ordem escolar que se impunha, não podemos deixar de reconhecer que progressivamente a escola foi se constituindo específica, com seu tempo e espaços próprios, apesar dos costumes, da saúde, da higiene e da cultura daqueles que frequentavam.

Para Faria Filho (2005) novos espaços escolares foram necessários para acolher o ensino seriado, permitindo o respeito aos ditames higiênicos do fim do século XIX, facilitando a inspeção escolar, favorecendo a introdução do método intuitivo¹ e disseminando a ideologia republicana²; novos tempos escolares também se impunham pois num meio no qual a escola até então era uma instituição que se adaptava à vida das pessoas – daí as escolas isoladas insistirem em ter seus espaços e horários próprios organizados de acordo com a conveniência da professora e alunos levando em conta os costumes locais. Era preciso mais do que produzir e legitimar um novo espaço para a educação; era

¹ Este método valoriza de forma destacada o papel dos sentimentos da criança em seu processo de aprendizagem, incorporando, por isso, as chamadas *lições das coisas*, por meio das quais os alunos eram estimulados a observar os fenômenos estudados, ou a representação destes por meio de imagens. Entre os materiais utilizados com esse viés, situam-se mapas, globos terrestres, coleções diversas, como de insetos, de minerais etc. (GREIVE, 2007)

² Ideologia Republicana estar vinculada ao princípio republicano de que ninguém deve adquirir nem manter de modo vitalício um cargo, posição ou direito pessoal, pelo mero facto do nascimento. Ninguém se pode tornar na primeira figura de um País por simples via genética mas sim pelo seu mérito, pelo seu engenho e pelo reconhecimento dos seus cidadãos. (DEL PRIORE E VENÂNCIO, 2001)

preciso que novas referências de tempos e novos ritmos fossem construídos e legitimados.

É no regime republicano que a escolarização no Brasil se consolida, atinge parte das camadas populares e se afirma como vetor de homogeneização cultural da nação. Os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiros *templos do saber* (Souza, 1998) encarnavam, simultaneamente, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. Como entende Vidal (2006), os grupos escolares tiveram uma importância singular na construção da escola primária brasileira e na história da infância no Brasil, sua influência foi única no período que se estendeu até os anos de 1970 quando foram extintos da organização educacional brasileira.

3 O CENÁRIO DA CAPITAL FEDERAL E A IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

O Rio de Janeiro dos primeiros anos da república era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. Capital política e administrativa desde a independência e, particularmente, desde o início do Segundo reinado, quando se deu a consolidação do governo central e da economia cafeeira na província de São Paulo, a cidade passou a ser o centro da vida política e cultural do país, o Rio de Janeiro não poderia deixar de sentir, em grau mais intenso do que qualquer outra cidade, as mudanças de natureza econômica, social e política que vinham sendo fermentadas durante os últimos anos do Império e que culminaram com a abolição da escravidão e a proclamação da República.

A cidade manteve sua função de capital na República, porém o crescimento demográfico aumentava impulsionado pela entrada de imigrantes estrangeiros, abolição da escravatura que lançou mais mão-de-obra no mercado aumentando o contingente de desempregados. O processo de urbanização ocorreu desordenadamente sem o acompanhamento da economia que ainda era agrário-exportadora, por isso, a Capital Federal da recém-República era vista como alvos de inovações que se ambicionava implementar tendo como questão central o progresso e a modernidade.

O município da Corte imperial vivia grandes problemas com a crescente urbanização. A proclamação da república não alterou bruscamente as estruturas

econômicas agrário-exportadora. O número de habitantes elevou-se nas cidades, por exemplo, na capital em 1872, registrou-se cerca de 274.972 habitantes, população que duplicou em 1890. A implantação de um sistema de educação pública foi o grande desafio dos republicanos, pois a herança deixada pelos monarquistas não era muito satisfatória, pois a instrução pública não atendia nem um terço da população e o número de escolas públicas de primeiras letras no Rio de Janeiro era de 177 escolas primárias, sendo 46 situadas na Corte imperial.³

Apesar de posto desde a segunda metade do século XVIII, o debate em torno da constituição de espaços dedicados ao ensino e da fixação de tempos de permanência na escola teria de esperar até meados da última década do século XIX, primeiro em São Paulo e, depois, em vários estados brasileiros, para assumir a forma mais acabada da proposta dos *grupos escolares*.

Os grupos escolares constituíram um dos tipos de escola pública primária existentes nas primeiras décadas republicanas, mas não eram os mais freqüentes. Ao lado deles havia as chamadas escolas reunidas (com até três séries escolares) e as numerosas escolas isoladas (que podiam ou não ter séries). Estas eram geralmente rurais, mas podiam ser urbanas, localizando-se em bairros periféricos ou em distritos isolados das cidades.

Os grupos escolares tentaram traduzir de forma concreta e acessível a nova pedagogia republicana, que desejava transformar o povo brasileiro, que era na sua grande maioria uma população agrária que vivia e trabalhava no campo, ocupando-se de tarefas que não requeriam o domínio das letras.

3.1 A implantação dos grupos na Capital Federal

Em finais do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro transformava-se em cenário privilegiado das efervescências políticas. A Capital Federal da recém-República proclamada era vista como alvo de inovações que se ambicionava implementar tendo como questão central o progresso e a modernidade.

³ Fonte: *Anuário estatístico municipal* de 1890. Acervo do AGCRJ.

A remodelação que se pretendia operar na edificação da Capital Federal direcionava as ações do poder público municipal, que, além de empreender um processo de demolição da “velha” cidade de traços coloniais, colocava como desafio a construção de uma cidade com traços europeus e ideais da jovem República.

De acordo com Silveira (2008), a República proclamada em 1889 encontra um país marcado pelo analfabetismo da população. Imbuída por um movimento renovador busca-se legitimar novos espaços educativos e projetos político-pedagógicos entre eles, a implantação dos grupos escolares no Rio de Janeiro (1893 – 1897). O decreto nº38, de 09 de maio de 1893, estabelece que a municipalidade deveria construir grupos escolares em cada circunscrição urbana do Distrito Federal em atendimento á densidade populacional. Consta que o primeiro grupo escolar do Distrito Federal foi criado em 1897, ocupando o antigo prédio antes ocupado pela Escola São Sebastião, uma das oito “Escolas do Imperador”.⁴ .

Aqui cabe retornar aos anos de 1870 para explicar o que foi as conhecidas “Escolas do Imperador”. Em 1870, terminava a guerra do Paraguai com vitória da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). A vitória brasileira levou alguns cidadãos brasileiros a iniciar uma campanha para erigir uma estátua equestre do Imperador, o que foi recusado por D. Pedro II. O imperador sugeriu que os recursos recolhidos fossem usados para a construção de prédios próprios para o funcionamento de escolas públicas.

A falta de espaços próprios para as escolas era vista, também, como um problema administrativo na medida em que as instituições escolares, isoladas e distantes umas das outras, acabavam não sendo fiscalizadas, não oferecendo indicadores confiáveis do desenvolvimento do ensino e, além do mais, consumindo parte significativa das verbas com o pagamento do aluguel da *casa de escola* e do professor. (Vidal e Faria Filho, 2005, p.52)

Estabelecidas em prédios próprios para a instrução primária do município da Corte, as “Escolas do Imperador” representava pela primeira vez a implantação de uma rede pública de ensino. As Escolas do Imperador foram: Escola de São Cristovão – Escola Municipal Gonçalves Dias; Escola São Sebastião – Escola da Freguesia de Sant’Anna; Escola Freguesia de São José; Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea (Escola Municipal Luiz

⁴ A primeira escola pública de instrução primária do município da Corte, criada ainda no período imperial e que ficou conhecida como uma das Escolas do Imperador.

Delfino); Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória (Colégio Estadual Amaro Cavalcanti); Escola da Freguesia de Santa Rita (Escola Profissional Feminina e, atualmente, Centro Cultural José Bonifácio); Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, posteriormente, Instituto Profissional Feminino e atualmente Escola Municipal Orsina da Fonseca; Escola da Freguesia de Sant'Anna, posteriormente Escola profissional Feminina e atualmente Escola Municipal Rivadávia Corrêa, onde funciona o Centro de Referência da Educação do Rio de Janeiro⁵.

Talvez a principal característica dessas escolas seja a conjugação entre uma localização nobre e uma arquitetura investida de um certo grau de imponência e erudição, feição compatível com a sua condição de homenagem substituta ao Imperador, o qual, aliás, esteve presente em diversas solenidades para assentamento das respectivas pedras fundamentais. Assim é que várias escolas situaram-se nos cores de certos distritos e, até mesmo, no próprio centro político-administrativo da capital do Brasil monárquico (SISSON apud VIDAL, 2006, p. 287).

Das oito edificações originalmente destinadas às Escolas do Imperador, três foram demolidas, duas sofreram transformação de uso e três permanecem com as atividades escolares. Como já dissemos, na República o prédio da Escola São Sebastião foi ocupado pelo grupo escolar.

Entre as iniciativas vislumbradas como ponto de sustentação do novo regime, a educação aparecia como eixo articulador dos princípios que deveriam orientar e organizar a sociedade brasileira. Alavancar a escolarização da população da Capital era uma espécie de “chave mágica” capaz de resolver os problemas sociais já apresentados, relativos ao atraso e ignorância da população. Assim, como no Império, os grupos escolares vieram a ocupar prédios monumentos.

A legislação da escola pública primária, instituída em novembro de 1890, estabelecia a gratuidade e a instrução laica, mas não a obrigatoriedade. O ensino nesse nível foi organizado em dois graus. A escola primária de primeiro grau compreendia três cursos, distribuídos de acordo com a idade – elementar (de 6 a 9 anos), médio (de 9 a 11 anos) e superior (de 11 a 13 anos) – e cada curso se desenvolvia em duas classes

⁵ Fonte: CREP/SME

graduadas. A de segundo grau tinha três classes graduadas e se destinava a alunos de 13 a 15 anos. Havia classes separadas para meninos e meninas, sendo o ensino da escola primária enciclopédica.

A Reforma Benjamin Constant, de 8 de novembro de 1890 determinou a construção de prédios, a compra de equipamentos pedagógicos e a instalação de bibliotecas, além de regulamentar aspectos administrativos e a subvenção de escolas particulares – desde que admitissem no mínimo 15 estudantes pobres. Também criava a escola itinerante, que percorreria os subúrbios sob a responsabilidade de um professor e poderia estabelecer-se de forma permanente se contasse com a frequência regular média de 50 alunos.

A reforma de 1890 regulamentou as escolas normais definindo o professor como regenerador da escola pública primária. A legislação prescrevia que a escola era gratuita e aberta a ambos os sexos, exigindo-se para ingresso a idade mínima de 15 anos e o certificado de conclusão da escola primária de primeiro grau – ou aprovação no exame de admissão, no caso dos candidatos que haviam recebido instrução em casa ou com professores particulares. Ao concluir os cinco anos de curso, o aluno recebia habilitação como professor primário – um pré-requisito para prestar concurso e lecionar nas escolas públicas.

Por essa reforma o então Colégio Pedro II fora transformado em Gymnasio Nacional (voltando a ter a mesma denominação posteriormente), mantendo-se a divisão entre internato e externato. Seguindo a característica de época, também esse ensino era enciclopédico e propedêutico. Os estudos integrais previam a duração de sete anos, sendo as matérias organizadas de acordo com as cadeiras dos “lentes” (assim denominados os professores do secundário).

Sendo assim, é possível afirmar que a década de 1890 do século XIX constituiu-se como um período de grande efervescência no campo da instrução pública, com a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos em 1890, tendo a frente Benjamin Constant. Ainda tentativa da República de organizar as questões relativas à instrução com regulamentação da Escola Normal e a criação do Pedagogium⁶.

⁶ Pedagogium foi pensado como um centro impulsor de reformas e melhoramentos da instrução nacional, constituindo-se como estabelecimento de ensino profissional direcionado a formação do professor das escolas públicas ou privadas, oferecendo-lhe acesso aos métodos e materiais de ensino mais

As iniciativas organizacionais da instrução pública no Distrito Federal, foi aprovado, pelo decreto federal de 1890, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária, que entrou em vigência a partir de da Lei nº 85 de 1892⁷. Neste mesmo ano em que a primeira Lei Orgânica foi aprovada, implicando a criação do conselho municipal e de um corpo de intendentess, passando, por conseguinte, o Poder Executivo a ser exercido por um prefeito municipal nomeado pelo presidente da República. A nova organização administrativa e política do Rio de Janeiro ensejou a implantação de relações de poder que se refletiram nas diferentes instâncias de administração pública, cabendo á municipalidade, a partir de então, gerir e orientar as propostas com relação ao atendimento da população (VIDAL, 2006), incluindo o atendimento a instrução e a educação.

3.2 Eis que surgem os Grupos Escolares

A inovação representada pelos grupos escolares significou profundas transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino público do país.(SOUZA e FARIA FILHO, 2006, p. 28)

A criação dos grupos escolares constitui-se na possibilidade de fundar uma nova organização escolar para o Distrito Federal que permitisse, por meio do ensino simultâneo e da seriação, abrangendo um contingente maior de crianças, e dessa forma, resolver, de uma única vez, o mal representado pelo grande contingente de analfabetos existentes na capital do país.

A primeira “Escola do Imperador” - Escola São Sebastião, localizada na Praça Onze de julho na Freguesia⁸ de Sant’Anna passou em 1897, já no Regime Republicano, a abrigar o primeiro e mais importante grupo escolar da capital denominado Escola Benjamin Constant, “numa troca de roupa e não de pele”⁹. Assim a construção das escolas do imperador - que inaugurou um período novo na

aperfeiçoados. Foram elaborados mecanismos com base nos quais se tencionava atingir objetivos como a elaboração da Revista Pedagógica, a montagem de exposições e conferências, entre outros aspectos. A partir de janeiro de 1897 o Pedagogium foi transferido para a municipalidade. (GREIVE, 2007)

⁷ Boletim da Intendência Municipal 1892.

⁸ “ A freguesia, menor circunscrição do poder eclesiástico, é unidade territorial que se define pela referência, comum a todos os seus pontos, à igreja matriz”.(SISSON apud VEIGA, 2006, p.87)

⁹ Alessandra Frota Martinez de Schueler, *Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa*, 2008.

história da instrução pública ainda no império, facilitou a implantação dos primeiros grupos na república. ✓

Embora haja desde 1883, referência à criação dos grupos escolares, foi somente em 23 de janeiro de 1887, a partir do ato do prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida que esse modelo de escola surge na capital através do decreto n.º.51, de 23 de janeiro de 1897:

Art. 1º Fica atribuído ao funcionamento de um grupo escolar do sexo feminino o edificio hoje reconstruído, onde outr'ora funcionou a escola de São Sebastião. O diretor da instrução para ahi transferirá as escolas que devem constitui-lo. (Boletim da Intendência Municipal, 1897.)

O primeiro grupo escolar da capital surge na região considerada a mais populosa da cidade, com grande concentração de camadas pobres que incluía nacionais, majoritariamente negros, e imigrantes, principalmente italianos e portugueses. Nos anos de 1920 do século passado, novas levas de imigrantes, judeus vindos da Europa Oriental, ocuparam as proximidades da Praça Onze que passou a ser caracterizada, até os fins dos anos 1940, como bairro judeu. E as crianças judias passaram a freqüentar a escola.

Em 1932, quando ocorreu o primeiro desfile de escolas de samba na Praça Onze, a comissão julgadora viu o desfile da escadaria da escola. Em 1938, a escola foi demolida com abertura da Avenida Presidente Vargas, durante a administração do Prefeito Henrique Dodsworth¹⁰.

É importante ressaltar que depois da demolição da escola que ficava localizada na Praça Onze como dito anteriormente, a escola foi transferida para Praça Marechal Hermes localizada no bairro do Santo Cristo/centro do Rio de Janeiro sendo hoje uma das escolas do município. Porém a escola não possui nenhuma documentação histórica proveniente do Grupo Escolar Benjamin Constant o único registro que comprava a origem da escola ter sido do grupo é o Anuário de estatística da cidade do Rio de Janeiro de 1922, volume 4. ✓

¹⁰ Fonte: Arquivo Público – CREP/SME



Imagem 1: Escola São Sebastião situada na freguesia de Sant'Anna, ainda no império. Em 1897, o prédio abriga o primeiro grupo escolar republicano como Escola Benjamin Constant.

Fonte: Acervo AGCRJ

Concebido para abrigar a primeira escola primária municipal no período imperial, o monumental prédio da Escola de São Sebastião (posteriormente grupo escolar Benjamin Constant), sediado na Praça onze de junho, foi planejado pelo engenheiro José Antonio da Fonseca Lessa e construído por Pedro Bosísio e João Bailariny.

E Vidal (2006) quem nos leva a passear pela arquitetura monumental do prédio.

A arquitetura do prédio insere-se no estilo classicizante¹¹, situado no centro do terreno o prédio possuía pátio interno e sua fachada, predominantemente horizontal, subdividia-se em

¹¹ Estilo classicizante considera as formas artísticas da antiguidade clássica, ou seja, ordens e motivos Greco-romanos. (FARIA FILHO, 2000, p. 230)

três corpos: o central, de um só pavimento-pouco mais extenso, ladeado por torreões, com dois pavimentos cada, e um frontão, sustentando as armas da cidade, que coroava o corpo central da escola, apresentando um mostrador de relógio engastado na fachada do prédio como forma de marcar o espaço da escola a racionalização do tempo como exigência crucial da sociedade em processo de industrialização.(Vidal, 2006, p. 287)

Depois da designação do prefeito o Grupo Escolar Benjamin Constant, ocupou o antigo prédio da Escola Matriz de São Sebastião, onde, reconstruído, passou a funcionar no atendimento da instauração para o sexo feminino, reunindo a 4ª, a 5ª, e a 7ª escolas femininas do quarto distrito. O grupo escolar deveria, em sua organização pedagógica e administrativa, seguir as determinações encaminhadas para o ensino primário feminino do município, não apresentando nas questões pedagógicas e administrativas nenhum aspecto que a diferenciava das demais escolas públicas de ensino primário.

Segundo Vidal, os edifícios que abrigaram os grupos escolares da capital da República ainda traziam os traços da arquitetura colonial, tendo sido construídos para acolher as primeiras escolas primárias municipais, não representando um rompimento com o modelo imperial, pelo menos no que concernia à concepção espacial da escola. Enquanto no estado de São Paulo os edifícios foram construídos para o funcionamento dessas escolas como já visto, o Rio de Janeiro contrariava nesse momento as proposições proclamadas pela legislação vigente que ambicionava “construir” uma escola modelar de forma a assegurar a legitimação e a realização de suas propostas.

O período compreendido entre 1893 – o estabelecimento dos grupos escolares – e 1897 com a apresentação do decreto de sua implantação, várias medidas foram instituídas sem ter representado de fato mudanças reais nos espaços e fazeres escolares. Sendo assim,

Os grupos escolares inaugurados no Distrito Federal não se produziram como presença a instituir a idéia de novo em oposição ao velho (VIDAL, 2006, p. 280).

A lei n.º 85, de 2 de abril de 1892, mencionada anteriormente, nas propostas de atendimento a população pela municipalidade incluía proporcionar também o ensino público.

Depois da lei orgânica, o decreto legislativo n.º 38, de maio de 1893, regula a instrução pública no Distrito Federal, da seguinte forma:

Art.1.º O ensino publico municipal no Distrito compreenderá¹²:

- a) Ensino primário
- b) Ensino normal
- c) Ensino profissional e artístico

§ 1.º O ensino primário será dado em jardins de infância e escolas primarias do 1º ao 2º grãos.

Art.2.º O ensino primário é leigo e gratuito. O do primeiro grau será, além disso, obrigatório logo que o conselho municipal regulamentar esta disposição de lei.

Ainda pelo decreto n. 38, de 9 de maio de 1893, fica proposto a criação dos grupos escolares.

Art. 62. Logo que seja possível, a Municipalidade mandará construir em cada circunscrição urbana do Distrito Federal, um ou mais **grupos escolares**, conforme a densidade da população.

§ 1.º Cada **grupo escolar**, composto de varias escolas, ficará sob a administração de um professor director, tendo communs: o gymnsio, a biblioteca e o museo escolar.

Com o decreto n.º 51, de 23 de janeiro de 1897, é que se concretizou a legislação de 1893, sendo assim

Art. 62, decreta:

Art. 1.º Fica atribuído ao funcionamento de um grupo escolar do sexo feminino o edificio, hoje reconstruído, onde outr'ora funcionou a escola de São Sebastião. O diretor da instrução para ahí transferirá as escolas que devem constitui-lo.

Art. 2.º Para o grupo escolar assim ora organizado e todos os demais que se venham a organizar, prevalecera o regime interno e mais disposições vigentes para as escolas do 1.º grau com as modificações, que determinar a diretoria de instrução depois de ouvido sobre elas o conselho de instrução publica.

Em 23 de março de 1897, ficou autorizada a reforma da Lei de 1893, sendo organizados novos regulamentos para o ensino municipal, para a escola normal, para os institutos profissional e comercial, implicando, a reorganização da

¹² Dados Boletim da intendência municipal de 1893.

instrução primária do Distrito Federal, que passaria a ser oferecida nos jardins-de-infância e nas escolas primárias. As escolas primárias classificadas por número continuariam a se organizar por sexo (masculino e feminino), não sendo concebida a co-educação¹³. Quanto à estrutura administrativa das escolas, só seria permitido a professora dirigir as escolas femininas, cabendo, a professores e/ou professoras dirigir os estabelecimentos de ensino masculinos.

O decreto de 1897 e seus sucessivos regulamentos não modificaram os aspectos relativos à constituição dos grupos escolares, reafirmando o seu caráter de reunião de escolas em um só edifício do mesmo sexo ou de sexo distinto, sob a responsabilidade de um diretor.

Segundo Vidal (2006) os decretos não colaboraram para a multiplicação dos grupos escolares na capital porém quanto à situação do magistério municipal, o decreto e seus regulamentos procuraram dar-lhe uma nova organização passando a legitimar a formação docente na escola normal que assumiu um caráter de obrigatoriedade e ainda realização de concursos públicos como forma de “qualificar”.

A ênfase atribuída nos decretos do período inicial de implantação dos grupos escolares no Rio de Janeiro (1893 – 1897), foi delimitado na formação e desempenho do professor, permitindo perceber que o grau de preocupação que norteou a ação dos reformadores, que pretendiam instituir os procedimentos e métodos que possibilitasse transformar a realidade da capital e do país tomada pelo analfabetismo.

A reorganização do espaço escolar era uma das idéias que permeava a proposta dos grupos escolares, principalmente, por reunir num espaço único várias escolas e crianças. Porém o primeiro grupo escolar da capital e um dos mais importante oferecia instrução para o sexo feminino, reunindo a 4ª, 5ª e a 7ª escolas femininas do quarto distrito com intuito de igualar a oferta de vagas para ambos os sexos.

O decreto de n.º 98, de 3 de novembro de 1898, instituía:

¹³ Co-educação era uma prática avançada no início do século XX onde meninos e meninas estudavam na mesma classe

Art. 3º A instrução primária será dada no Distrito Federal, as expensas da municipalidade em escolas de duas categorias:

1º Jardins de infância

2º Escolas primarias

Art. 4º A diretoria de instrução distribuirá em cada distrito as escolas, numerando-as e classificando-as em masculinas, femininas e mixtas, segundo convenha os interesses do ensino em cada ponto do Distrito.

Esse mesmo decreto de 1898 trazia mudanças sobre a denominação dos grupos escolares. Conforme o decreto a denominação de grupos escolares é alterada para escolas-modelo: *Art. 15 Os atuais grupos escolares passarão a chamar-se escolas-modelo.*

Mas, as práticas dessas escolas ficarão pautadas no mesmo projeto renovador proposto pelos republicanos e ainda como um espaço de formação prática onde professores aplicariam métodos modernos de ensino. Buscando inovação para as escolas-modelo antigos grupos escolares, é que surgem as primeiras turmas mistas da Escola Benjamin Constant que durante muitos anos teve seu ensino voltado para o sexo feminino.



Imagem 2: Escola Benjamin Constant composta de turmas mistas. Foto tirada no pátio interno do prédio em 1920. Fonte: Acervo AGCRJ

O debate político-institucional sobre a reorganização da educação envolveu a redefinição do papel da escola que, para além de local de aprendizagem específicas, passou a ser vislumbrada como lugar de incorporação de comportamentos e práticas associadas à criação de normas.(VIDAL, 2006, p. 295)

O movimento de transformação estabelecido com a criação dos grupos escolares encarnava um conjunto de saberes, métodos e projetos políticos e pedagógicos que, colocados em circulação, visavam instituir um novo lugar para a escola e para os professores na legitimação do seu papel como elemento capaz de elevar o país, dessa forma, “um futuro em que na República o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista”(FARIA FILHO, 2005, p. 69).

As escolas-modelo, antigos grupos escolares, foram extintos pelo decreto nº 981, de 1914, da organização municipal do Distrito Federal, não tendo chegado a se constituir como modelos exemplares na configuração de uma nova forma de pensar a instrução pública para a capital. Como afirma Vidal, foi diferente a importância que os grupos escolares adquiriram na construção simbólica da escola primária no Brasil. Se, em São Paulo, assumiram uma representação hegemônica de ensino preliminar, no caso do Rio de Janeiro, Capital Federal da República, não se constituíram de forma a demarcar um modelo representativo de escola primária (2005, p.15).

CONCLUSÃO

Nas quatro primeiras décadas republicanas os grupos escolares assumiram a posição de uma escola de verdade fundando uma representação de ensino primário que não apenas modificou e inovou o cotidiano de professores e alunos no interior das instituições escolares, mas disseminar^{ou} valores e normas sociais e educativas. =

O estudo sobre os grupos escolares permitiram delinear um quadro de como se constitui o ensino primário no país e ainda do crescimento no número

de alunos matriculados, entretanto, não representou o fim do analfabetismo. Esse estudo mostra ainda que de forma inicial a relação existente entre reorganização administrativa e pedagógica implantada com os grupos escolares.

Dentro do nosso foco de estudo, buscamos conhecer a proposta dos grupos escolares na capital federal – Rio de Janeiro, porém as dificuldades encontradas para analisar essa história foi grande devido a pouca publicação sobre essa instituição educativa na capital e a pouca documentação sobre elas. No decorrer da pesquisa ficou muito claro a escassez das fontes nos principais arquivos públicos da cidade referente a esse momento histórico de nossa educação.

Durante a pesquisa algumas questões surgiram que merecem um estudo mais aprofundado. Sendo o Rio de Janeiro a capital do país durante tanto tempo por que tão poucas produções sobre os grupos escolares? Por que os grupos escolares acabaram? Que interesses e motivos estiveram por trás de sua extinção? O que aconteceu com a documentação produzida na época devido a sua existência? Enfim, são questões que ficam.

Por fim, esperamos que com essa investigação, tenhamos contribuído para a história da educação brasileira e, mais especificamente, para a história das instituições escolares no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Marta M. Chargas. *A escola e a república.* São Paulo, SP – Editora brasiliense, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo – Companhia das Letras, 1987.

CASTANHO, Sérgio. *Institucionalização das instituições escolares: Final do Império e Primeira República.* In: **NASCIMENTO, Maria I. M. (orgs.).** *Instituições escolares no Brasil.* Campinas, SP – Autores Associados, 2007.

DEL PRIORE, M. e VENÂNCIO, R. *O livro de ouro da história do Brasil.* Rio de Janeiro, RJ – Ediouro, 2001.

FARIA FILHO, L. e VIDAL, D. *As lentes da história. Estudos de história e historiografia da educação no Brasil.* Campinas, SP – Autores Associados, 2005.

GOMES, Angela de C. ; PANDOLFI, D. e ALBERTI, V. *A República no Brasil.* Rio de Janeiro – Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

HORA, Dayse M. *Escola graduada e o projeto político da Primeira República no distrito federal do Rio de Janeiro.* Porto, Portugal – Congresso Luso-Brasileiro de história da educação, 2008.

SAVIANE, Dermeval. *O legado educacional do século XX no Brasil.* Campinas, SP – Autores Associados, 2006.

SCHUELER, Alessandra. *Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectiva de pesquisa.* Rio de Janeiro – PROPED/UERJ, 2008.

VEIGA, Cynthia greive. *História da Educação.* São Paulo – Ática, 2007.

VIDAL, Diana Goncalves (org). *Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971).* Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

ACERVOS

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro.

ANEXOS

↳



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Cultura
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM DO ACERVO

As reproduções dos documentos relacionados no **Pedido N° 103/2009 da Subgerência de Documentação Especial**, pertencentes ao acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, no total de 02 (duas) imagens, **serão entregues**, de acordo com o Parecer da Procuradoria Geral do Município / PGM, exarado no Ofício n° 143 do C/DGDI/ARQ de 05/09/1997, a mediante a doação de fotos.

Nome: Amanda da Silva Marcolino

RG: 20240336-6

Endereço: R. Vanessa, n°136

Cidade: Nova Iguaçu

Estado: Rio de Janeiro

CEP: 26279-145

As imagens digitalizadas em 72 DPI, JPG, sem tratamento, com marca d'água do Arquivo da Cidade serão cedidas apenas para a utilização informada pelo solicitante estando vedada seu emprego sem a autorização, por escrito, desta Instituição, de acordo com a Lei 9610/98, em quaisquer outros meios ou veículos, onde haja acesso público ou privado com faculdade de reprodução ou cópia em meio eletrônico, magnético, impresso ou de outra natureza, assim como sua inclusão em banco de dados para uso posterior.

O não cumprimento destas normas implicará em multa de 100 (cem) vezes o valor de cada imagem indevidamente utilizada.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

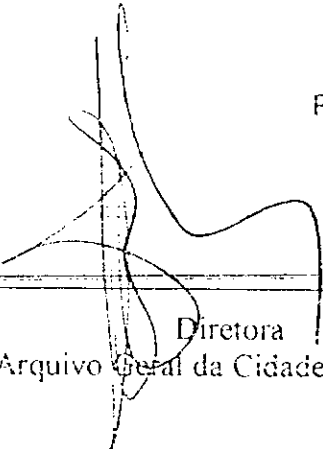
**Secretaria Municipal de Cultura
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**

A autorização solicitada tem validade apenas para a monografia de graduação em **Pedagogia da UFRJ**, devendo ser renovada a cada nova edição da obra. Será obrigatório identificar cada imagem publicada mencionando: "**Acervo AGCRJ**" ou "**Acervo Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro**".

O acesso que o Município outorga ao beneficiário não autoriza a reprodução de obras cujo direito autoral patrimonial seja de terceiros, nem exime o beneficiário do exercício de qualquer direito moral. O Município do Rio de Janeiro não se responsabiliza pela identificação do titular dos direitos autorais dos elementos listados.

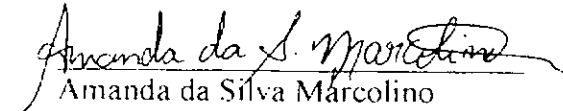
Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2009.

Beatriz Kushnir
Diretora
Arquivo Geral da Cidade do RJ
Matr. 60/147.512-7


Diretora
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Data: 04 / 11 /2009.

De acordo:


Amanda da Silva Marcolino

111318817-02
CPF



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
Escola de Educação - EE

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: AMANDA DA SILVA MARCOLINO
TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: OS GRUPOS ESCOLARES
NA CAPITAL FEDERAL (1893-1914)

ORIENTADOR(A): NAILDA MARINHO DA COSTA BONATO

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

Nota : 10,0 (DEZ)

Considerações:

O trabalho de Amanda apresenta uma ótima sistematização de ideias e fundamentação no campo da história da educação. Apresenta de modo simples, mas com coerência e pertinência o exporecimento dos Grupos Escolares na capital federal no início da República. Mostra com propriedade a instituição de escolas no final do Império e como foi a transição da institucionalização de escolas no período republicano. Sendo assim, eu confero-lhe a nota 10,0 (dez)

DATA: 16/12/2009

Assinatura: Angela Maria Souza Martins

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: NAILDA MARINHO DA COSTA BONATO

Nota: 9,0 (nove)

Considerações:

O trabalho de Amanda de Silva Morcelino apresenta um tema relevante para a história da educação brasileira, mas ~~notadamente~~ sobre a história dos grupos escolares no Rio de Janeiro, entre Capital Federal. Tricidmente mostra de forma simples, a constituição de escolas a partir de 1870 - com os "escolas do Império" até a sua institucionalização no início do período republicano. Porém, há nele alguns problemas de detalhes que a orientadora não resolveu até o término do trabalho, mesmo orientada para tal. Durante a orientação ele se esforçou e conseguiu resolver algumas questões significativas que compõem o seu texto. Considerando o relatório confiro-lhe a nota 9,0 (nove).

Data: 16/12/2009 Assinatura: Nailda Marinho da Costa Bonato

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Média final
10,0	9,0	9,5

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2009.
Nailda Marinho da Costa Bonato

Prof. Orientador